



Arnaldo Ourique

A Autonomia é tudo quanto os Açores possuem

Os Açores vivem numa encruzilhada porque a Autonomia é tudo quanto possuem, mas também é ela que, assim como pode e deve desenvolver as ilhas e as suas populações, também pode não permitir esse desenvolvimento – em função das políticas dos governos autonómicos. Como a Autonomia é um instituto jurídico-constitucional e, na prática, é um instituto político e social, ela exige, a todo o tempo, um desenvolvimento inteligente e apropriado a cada época. Só existe uma maneira de cumprir esse desiderato: a utilização da inteligência democrática, porque tudo quanto for menos do que isso pode desembocar numa Autonomia precária e desequilibrada e, a limite, pode levar à sua extinção.

Os Açores têm vindo a demonstrar, através dos diversos governos, um conjunto de atos que se podem qualificar de pouco inteligentes. As consequências desses atos nem sempre são visíveis e, na maior parte deles, são apenas palpáveis a longo prazo. Mas num ponto são imediatamente quantificáveis: naquilo que é o regime autonómico. A sociedade política vive de regimes, caso contrário não existe democracia. E a violação de regras desse regime, pior ainda quando são regras fundamentais, inquinam qualquer sentido de utilidade da Autonomia.

Se olharmos a este ano de 2018, que ainda vai a três quartos, alguns atos, dos quais temos dado aqui e ali notícia e esclarecimentos, têm esta dimensão pejorativa: são, uns, atos que violam as leis fundamentais, e outros, não violando diretamente nenhuma norma, violam a *res publica* – que se baseia na dignidade humana. Vejamos exemplos ilustrativos.

1º exemplo, gritante: o Governo arreudou com-

pletamente o Parlamento. O Estatuto do Pessoal Docente dos Açores prevê o direito de apoio judiciário ao docente. Em vez do Parlamento ter feito uma lei a criar e a desenvolver esse instituto jurídico, porque é a única que nos Açores tem essa capacidade exclusiva – foi o próprio Governo que o fez através de um mero decreto regulamentar. Esse diploma quando chegar, se chegar, ao Tribunal Constitucional este vai declará-lo inteiramente desconforme a Constituição e o Estatuto Político. Os três órgãos do sistema autonómico violaram completamente a Autonomia: a Assembleia Legislativa porque devia ter feito a lei, o Governo porque fez o regulamento e o Representante da República que assinou o diploma governativo. Tais atos menosprezam a carreira docente e as consequências negativas que tal diploma pode vir a provocar na prática.

2º exemplo, berrante. A Assembleia Legislativa, com proposta do Governo, alterou o regime jurídico das manifestações populares da tourada corda. Aqui é impossível descrever esta lei que é um atentado ao património açoriano. Noutros textos já a apelidamos de estupidificante, ilegalíssima e inconstitucionalíssima – e tudo isso é verdade. Como é que é possível que o Parlamento se deixe violar pelo Governo? Como é que é possível que o Parlamento Açoriano se atreva a legislar sobre o património antiquíssima das populações açorianas e o trate de uma maneira tão cruel e bárbara? Uma simples pedrinha da ilha do Corvo é património regional porque a Região ou é toda ou não é: como é que é possível termos que explicar isso ao poder político açoriano?

3º exemplo, escandaloso. O caso deu-se este ano,

mas a lei já é de 2015: a lei regional das despesas públicas. O Tribunal de Contas não aceitou dar o visto numa despesa por falta de publicitação, o caso subiu ao Tribunal Constitucional e o resultado, de julho passado, foi o esperado: a Região não tem, nos termos do seu próprio Estatuto Político, capacidade para produzir legislação sobre despesas públicas. Isto é preocupante: antes do Estatuto Político da revisão de 2009 a Região podia fazê-lo, assim como a Madeira ainda o pode fazer; mas os Açores, com o seu documento fundamental de quase duas centenas de artigos, e sobre matérias de *âmbito regional* (= interesse específico) em duas dezenas de artigos, quase duas centenas de alíneas e mais de quatrocentos assuntos – ainda assim não foi capaz de prever a despesa pública. É doloroso ver esta Região assim tão despida.

A Autonomia é tudo quanto os Açores possuem; por isso é muito importante darmos valor às instituições autonómicas com competência. É necessário dar valor à história que vem do século XV e não apenas do século XIX; dar valor às instituições políticas com as leis e a sua razão pública; dar valor às populações insulares. A Autonomia que pode fazer leis de *res publica* tem de pautar-se pela qualidade; temos de viver hoje a pensar no amanhã: uma crise inesperada da União Europeia e o nosso modelo de autonomia cai pelas profundezas do oceano. E porquê?: porque os nossos sinais na construção autonómica são degradantes porque sustentam-se em financiamento alheio e em crédito e, ainda assim, a sua produção naquilo que é básico é incompetente. Porquê agir assim tão inexperiente?, por que motivo teimamos a incompetência?



J. Chryst Chrystello*

Dos brandos costumes

Há muitos anos escrevi algo sobre isto no *Crónicas Açores* vol. 1...

... o mundo está na mão dos neoliberais, há mais de duas décadas, apoderaram-se de todos os governos legitimamente eleitos e sobre eles exercem as mais fantasiosas chantagens, o que levou ao desvario em que as nações andam todas, a pagar não só os erros de governação (e são mais que muitos em PT) mas sobretudo as perdas dos bancos e os seus maus investimentos, aliados a políticas de ganância como não há memória na história recente dos povos...

A falta de líderes com visão na Europa, o "squeeze" norte-americano na defesa dos seus interesses (\$\$\$) e a especulação desenfreada dos mercados causou isto. Há alternativas (a Islândia não cedeu e não acabou com o país, ...antes pelo contrário vai de vento em popa) e a receita aplicada à Grécia, Irlanda e Portu-

gal vai causar recessão, estagnação da economia por anos a fio, desemprego maciço, fome, pobreza, sem aumentar um só ponto que seja de crescimento económico... pois o país cada vez produz menos, cada vez se gasta menos e a economia continuará a contrair-se...

Estes cortes brutais aplicam-se ao povo, e às Juntas de Freguesia, que nas Câmaras já é mais difícil tocar e daí para cima impossível...

Imaginem só, os ministros a deslocarem-se (como na minha Austrália) de metro ou autocarro para o emprego... para não falar do senhor Cavaco Silva que veio aos Açores com médico, enfermeira, etc., (esqueceu-se do barbeiro e manicura).

Há diretores, ministros, secretários, assessores a mais e soldados a menos. Cortam retroativamente tudo e mais alguma coisa menos os privilégios dos que estiveram no poder após o 25 de abril....

Francamente não foi para isto que houve um 25 de abril... estão todos lá para se servirem e não para servir o país (cá e noutros países é tudo o mesmo), a Europa está falida de ideias e soluções e não admira: um Barroso que fugiu, um Constâncio que nada viu no Banco de Portugal... Já andamos nesta fona desde 2000 ou 2001 e a situação não cessa de piorar após 2008, e o mais que adiante se verá quando em janeiro nos vierem dizer que afinal isto não chegou e é preciso mais... depois em março virão outra vez com novo orçamento retificativo e por daí em diante que é disto que a casa gasta há muito tempo... nunca chegará enquanto se não acabarem com as mordomias e desigualdades sociais!

*Jornalista, MEEA/AJA (Australian Journalists' Association) - Membro Honorário Vitalício 1983-2018)